

RECURSO ESPECIAL Nº 1.743.760 - RJ (2018/0125945-5)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : AIG BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADOS : ILAN GOLDBERG E OUTRO(S) - RJ100643
EDUARDO CHALFIN - RJ053588
JOÃO PAULO SÁ DE FREITAS - RJ133312
OUTRO NOME : CHARTIS SEGUROS BRASIL S.A
RECORRIDO : JUSSARA FERREIRA DA SILVA
RECORRIDO : VIVIANNY FERREIRA NUNES
ADVOGADOS : CRISTIANO MESCOLIN DO CARMO E OUTRO(S) - RJ110182
CICLONE RIBEIRO PERBONI - RJ128200
RECORRIDO : SONIA DE ALBUQUERQUE PINHEIRO
RECORRIDO : MARCELO DE ALBUQUERQUE PINHEIRO
ADVOGADO : GUILHERME ANTÔNIO VIDAL KRESS E OUTRO(S) -
RJ065468
AGRAVANTE : JUSSARA FERREIRA DA SILVA
AGRAVANTE : VIVIANNY FERREIRA NUNES
ADVOGADOS : CRISTIANO MESCOLIN DO CARMO E OUTRO(S) - RJ110182
CICLONE RIBEIRO PERBONI - RJ128200
AGRAVADO : AIG BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADOS : ILAN GOLDBERG E OUTRO(S) - RJ100643
EDUARDO CHALFIN - RJ053588
JOÃO PAULO SÁ DE FREITAS - RJ133312
OUTRO NOME : CHARTIS SEGUROS BRASIL S.A
AGRAVADO : MARCELO DE ALBUQUERQUE PINHEIRO
AGRAVADO : SONIA DE ALBUQUERQUE PINHEIRO
ADVOGADO : GUILHERME ANTÔNIO VIDAL KRESS E OUTRO(S) -
RJ065468

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por AIG BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA SEGURADORA QUESTIONANDO SUA CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA, EM RAZÃO DE TER FUNCIONADO COMO MERA ASSISTENTE SIMPLES DA PARTE RÉ. ENTENDIMENTO DO JUÍZO A *QUO* NO SENTIDO DE QUE A MENCIONADA INTERVENÇÃO SE DEU, NA VERDADE, NA MODALIDADE DE ASSISTENTE

LITISCONSORCIAL, O QUE LEGITIMARIA A RESPECTIVA CONDENAÇÃO. *QUANTUM* FIXADO A TÍTULO DE DANO MORAL E MATERIAL QUE ULTRAPASSA O VALOR CONSTANTE NA APÓLICE. MAGISTRADO DE 1º GRAU QUE CONCLUIU PELA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DA DECISÃO, SOB O FUNDAMENTO DE QUE A QUESTÃO TRANSITOU EM JULGADO. PARCIAL REFORMA DO *DECISUM*.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que não deve prevalecer a decisão da Corte de origem, que somente reduziu a responsabilidade da seguradora - limitando sua condenação ao valor da apólice do contrato de seguro celebrado com o réu - pois ingressou no processo, na fase de conhecimento, somente na qualidade de assistente litisconsorcial. Não poderia, assim, sofrer a condenação impingida no título executivo.

A pretensão aduzida no recurso especial demandaria, necessariamente, o exame acerca dos limites da coisa julgada, em desconformidade com as premissas estabelecidas no acórdão recorrido, averiguação que não é possível em sede de recurso especial, por envolver o reexame de circunstâncias fáticas da lide:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL.
PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA PARCIAL.
FUNDAMENTO NÃO COMBATIDO. EMBARGOS DE
DECLARAÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO
JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. COISA JULGADA.
INTERPRETAÇÃO. LIMITES. LIQUIDEZ DA DÍVIDA.
REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE.
IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADOS 282 E 356/STF E 7, 83 E 182
DA SÚMULA DO STJ.

1. Não tendo havido o prequestionamento de parte dos temas ventilados no recurso especial, incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
2. Não há ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil revogado quando o Tribunal de origem se manifesta, de modo suficiente, sobre todas as questões levadas a julgamento, não sendo possível atribuir vício algum ao acórdão somente porque decidiu em sentido contrário à pretensão da recorrente.
3. O acolhimento das alegações de ofensa à coisa julgada dependeria de reexame de matéria fática, o que é inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Precedentes.
4. Nos termos do art. 1021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 e

da Súmula 182/STJ, é inviável o agravo interno que deixa de atacar especificamente todos fundamentos da decisão agravada.

5. Questão, ademais, em sintonia com a jurisprudência deste Tribunal (Súmula 83/STJ).

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1358968/MG, Relator Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 08/06/2017)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS A EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

1. A revisão do julgado, de modo a acolher a pretensão recursal, no sentido de que houve violação aos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada, demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório, inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.133.837/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 12/12/2017).

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. APLICAÇÃO DA PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. TESE DE INOCORRÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL. ANÁLISE QUE DEMANDA APRECIACÃO DO ACERVO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. LIMITAÇÃO TEMPORAL CONTIDA NO TÍTULO EXECUTIVO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

3. Dessa forma, rever o entendimento firmado pela instância ordinária para concluir que a análise do pedido formulado pela parte Recorrente não ofenderia os limites da coisa julgada demandaria, necessariamente, o exame do conjunto fático probatório existente nos autos, prática vedada pela Súmula 7/STJ. Precedentes: AgRg no AREsp. 758.513/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe

Superior Tribunal de Justiça

22.3.2016; AgRg no REsp. 1.157.779/RJ, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 22.6.2016.

[...] (AgInt no REsp 1.604.184/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, DJe 07/12/2016).

Outrossim, mesmo que não incidisse o citado óbice, a Súmula n. 557/STJ estabelece que *"em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denúncia ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice"*. Ao que tudo indica, na qualidade de assistente litisconsorcial, a parte recorrente contestou o pedido inicial, de sorte que o acórdão recorrido não merece reforma no ponto.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora